

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DESAFIOS CURRICULARES, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS E FORMAÇÃO DOCENTE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA COMPROMETIDA COM A EQUIDADE RACIAL

EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN BASIC EDUCATION: CURRICULAR CHALLENGES, ANTI-RACIST PEDAGOGICAL PRACTICES, AND TEACHER TRAINING FOR BUILDING A SCHOOL COMMITTED TO RACIAL EQUITY

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.067-109>

Raiane Rocha da Silva Schmidt

Licenciatura Letras-Português
UNIUBE

São Gabriel da Palha - Espírito Santo

E-mail: raianerocha504@gmail.com

Nielly Colodette Soares

Mestra em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2026), especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal do Espírito Santo (2024) e em Língua Portuguesa e Inglesa pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia (2016). Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Faculdade Capixaba de Nova Venécia (2007) e em Filosofia pela Universidade Metropolitana de Santos (2010)
Vila Valério - ES

E-mail: niellycolodette@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4581-8527>

Hemilio Hortolani Boldrin

Licenciatura Plena em Matemática
Universidade Federal do Espírito Santo
São Gabriel da Palha - ES

Natana Corrêa Neves

Educação Física - Licenciatura e Bacharel (UNESC)
São Gabriel da Palha - ES
E-mail: natanacorrea@gmail.com

Thamiris Chiarelli Ramos Pereira

Formação: Licenciatura em Pedagogia; Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza
UNIUBE, UFES

São Gabriel da Palha - Espírito Santo

E-mail: thamirischiarelli@edu.uniube.br

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-7956-6587>

Resumo

A educação para as relações étnico-raciais constitui uma dimensão fundamental da formação escolar e do enfrentamento das desigualdades raciais presentes na sociedade brasileira. Este estudo caracteriza-se como

uma revisão bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, com o objetivo de analisar os desafios para a efetivação da educação das relações étnico-raciais na Educação Básica, considerando sua inserção no currículo, o desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas e a formação docente. A discussão considera o reconhecimento da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena como parte integrante da formação dos estudantes, ultrapassando abordagens pontuais ou restritas a datas comemorativas. A literatura evidencia que, apesar dos avanços legais e educacionais, permanecem dificuldades relacionadas à implementação das orientações curriculares, à disponibilidade e utilização de materiais pedagógicos adequados, à formação inicial e continuada dos professores e ao enfrentamento de estereótipos e práticas discriminatórias no cotidiano escolar. Destaca-se que uma educação comprometida com a equidade racial requer ações permanentes, planejamento pedagógico, revisão de práticas curriculares e participação de toda a comunidade escolar. Conclui-se que a consolidação de uma educação antirracista depende da articulação entre currículo, formação docente e práticas pedagógicas capazes de reconhecer a diversidade étnico-racial, enfrentar o racismo e contribuir para uma escola mais democrática, representativa e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Currículo; Educação Antirracista; Equidade Racial; Formação Docente; Relações Étnico-Raciais.

Abstract

Education for ethnic-racial relations constitutes a fundamental dimension of schooling and of efforts to address racial inequalities in Brazilian society. This study is characterized as a qualitative and descriptive literature review aimed at analyzing the challenges involved in implementing education for ethnic-racial relations in Basic Education, considering its integration into the curriculum, the development of anti-racist pedagogical practices, and teacher education. The discussion considers the recognition of African, Afro-Brazilian, and Indigenous history and culture as an integral part of students' education, moving beyond occasional approaches or activities restricted to commemorative dates. The literature indicates that, despite legal and educational advances, difficulties remain regarding the implementation of curricular guidelines, the availability and use of appropriate teaching materials, initial and continuing teacher education, and the confrontation of stereotypes and discriminatory practices in everyday school life. It is emphasized that education committed to racial equity requires permanent actions, pedagogical planning, revision of curricular practices, and participation of the entire school community. It is concluded that consolidating anti-racist education depends on the articulation between curriculum, teacher education, and pedagogical

practices capable of recognizing ethnic-racial diversity, confronting racism, and contributing to a more democratic, representative, and socially committed school.

Keywords: Anti-Racist Education; Curriculum; Ethnic-Racial Relations; Racial Equity; Teacher Education.

1 INTRODUÇÃO

A escola ocupa um lugar importante na formação das crianças e dos jovens. É nesse espaço que conhecimentos são compartilhados, valores são construídos e diferentes maneiras de compreender a sociedade entram em contato. Ao mesmo tempo, a escola não está separada dos problemas existentes fora de seus muros. Desigualdades, preconceitos e formas de discriminação presentes na sociedade também podem aparecer nas relações entre estudantes, professores, famílias, materiais didáticos e nas próprias escolhas realizadas pelo currículo. Por essa razão, discutir as relações étnico-raciais na Educação Básica significa olhar não apenas para os conteúdos ensinados, mas também para a forma como diferentes sujeitos, histórias e culturas são reconhecidos no cotidiano escolar.

Durante muito tempo, a história ensinada nas escolas brasileiras privilegiou determinadas experiências e perspectivas, enquanto a participação das populações negras e indígenas na formação do país apareceu de maneira limitada ou marcada por representações estereotipadas. A história da população negra, por exemplo, foi frequentemente apresentada a partir da escravização, deixando em segundo plano suas formas de resistência, seus conhecimentos, suas organizações sociais e suas contribuições para a construção da sociedade brasileira. Situação semelhante ocorreu com os povos indígenas, muitas vezes tratados como pertencentes apenas ao passado, sem a devida consideração de sua diversidade e presença na sociedade contemporânea.

Essa forma de selecionar e organizar conhecimentos não é indiferente à formação dos estudantes. Gomes (2003) chama atenção para o papel da escola na construção das identidades e demonstra que as experiências escolares podem participar tanto da valorização quanto da produção de representações negativas sobre o corpo e a identidade negra. Isso permite compreender que a educação para as relações étnico-raciais não se resume à inclusão de novos conteúdos nos livros ou planos de aula. Ela envolve também relações, representações, linguagens e práticas construídas diariamente dentro da escola.

Cavalleiro (2000), ao analisar situações de preconceito e discriminação racial no ambiente educacional, evidencia como o silêncio diante dessas ocorrências pode contribuir para sua continuidade. A ausência de uma intervenção pedagógica diante de uma manifestação racista não constitui uma postura neutra. Quando determinadas situações são ignoradas, naturalizadas ou tratadas simplesmente como

brincadeiras entre estudantes, perde-se uma oportunidade importante de transformar o episódio em aprendizagem, diálogo e reflexão.

Nas últimas décadas, mudanças importantes ocorreram no campo educacional brasileiro. A Lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa determinação, estabelecendo a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, públicos e privados (Brasil, 2003; Brasil, 2008).

A existência da legislação representa uma conquista importante, mas sua efetivação depende do modo como essas determinações chegam à prática escolar. Não basta acrescentar um conteúdo sobre África, população negra ou povos indígenas em determinado momento do ano. A proposta exige uma revisão mais ampla das escolhas curriculares, das referências utilizadas, das atividades desenvolvidas e das formas pelas quais os diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira aparecem no processo educativo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais reforçam essa compreensão ao situarem a temática como parte da política educacional e estabelecerem orientações que alcançam tanto a Educação Básica quanto a formação inicial e continuada dos professores (Brasil, 2004). Dessa maneira, o trabalho com as relações étnico-raciais deixa de depender apenas da iniciativa individual de professores interessados no tema e passa a integrar uma responsabilidade institucional.

Apesar desse avanço normativo, transformar as determinações legais em experiências efetivas de aprendizagem continua sendo um desafio. Em algumas situações, o trabalho permanece concentrado no mês de novembro ou em atividades relacionadas ao Dia da Consciência Negra. Essas ações podem ter importância pedagógica, mas tornam-se insuficientes quando aparecem isoladas do restante do currículo. Uma educação antirracista precisa estar presente ao longo do ano letivo e dialogar com diferentes componentes curriculares.

Nesse sentido, o currículo precisa ser compreendido para além de uma lista de conteúdos. As escolhas sobre o que ensinar, quais autores apresentar, quais acontecimentos destacar e quais experiências colocar em primeiro plano também participam da formação da visão de mundo dos estudantes. Quando diferentes sujeitos históricos aparecem somente em posições de subordinação ou sofrimento, corre-se o risco de produzir uma compreensão limitada de sua trajetória.

Munanga (2005) destaca a necessidade de enfrentar preconceitos e representações construídas historicamente sobre a população negra no espaço educacional. Esse enfrentamento envolve rever materiais, discursos e práticas que podem reproduzir visões discriminatórias, mesmo quando isso não ocorre de maneira explícita ou intencional. O professor, portanto, precisa dispor de conhecimentos que lhe permitam reconhecer esses processos e construir outras possibilidades pedagógicas.

Uma prática antirracista pode aparecer em diferentes situações da rotina escolar. Está presente quando a História da África é trabalhada em sua complexidade e não somente como antecedente da escravização; quando intelectuais, cientistas, artistas e lideranças negras são incorporados aos conteúdos; quando os povos indígenas são apresentados em sua diversidade e contemporaneidade; quando livros e imagens utilizados em sala oferecem diferentes referências de pertencimento; e também quando manifestações discriminatórias são reconhecidas e problematizadas pedagogicamente.

Isso não significa transformar todas as aulas em discussões sobre racismo, mas compreender que a diversidade da sociedade brasileira precisa aparecer de maneira consistente no currículo. Trabalhar a temática apenas em situações específicas pode produzir uma distância entre aquilo que a escola afirma valorizar e aquilo que efetivamente ensina durante o restante do ano.

Nesse processo, a formação docente assume uma posição central. Gomes (2003) observa que questões relacionadas à diversidade étnico-cultural precisam integrar a formação de professores. Quando o docente não teve contato suficiente com História da África, culturas afro-brasileiras, histórias indígenas ou discussões sobre relações raciais durante sua própria formação, pode encontrar dificuldades para abordar esses assuntos com segurança e profundidade.

Essa dificuldade não deve ser compreendida apenas como uma responsabilidade individual do professor. A construção de uma escola comprometida com a equidade racial depende também de políticas de formação, planejamento coletivo, materiais adequados e participação da gestão escolar. Transferir toda a responsabilidade para o docente, sem oferecer condições para o desenvolvimento desse trabalho, limita as possibilidades de mudança.

A formação continuada, portanto, precisa ultrapassar encontros pontuais. É necessário criar oportunidades para que os profissionais estudem, discutam suas experiências, analisem materiais didáticos e reflitam sobre situações concretas vivenciadas na escola. A própria Resolução CNE/CP nº 1/2004 estabelece que as diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais devem ser observadas também pelas instituições responsáveis pela formação inicial e continuada de professores (Brasil, 2004).

Outro aspecto importante é reconhecer que uma prática pedagógica antirracista não beneficia apenas estudantes negros ou indígenas. Ao possibilitar o contato com diferentes experiências históricas e culturais, a escola amplia a compreensão de todos os estudantes sobre a formação da sociedade brasileira. A educação das relações étnico-raciais envolve, portanto, a construção de formas de convivência baseadas no respeito e no reconhecimento das diferenças, ao mesmo tempo em que problematiza desigualdades historicamente produzidas.

Cavalleiro (2000) demonstra que o racismo pode estar presente nas relações escolares desde os primeiros anos da educação. Esse aspecto torna especialmente importante a atuação dos profissionais diante de apelidos, comentários, exclusões ou representações depreciativas relacionadas à cor da pele, ao cabelo

e a outras características. O enfrentamento dessas situações precisa ocorrer de forma educativa, sem transformar o problema em responsabilidade exclusiva de quem sofreu a discriminação.

A educação antirracista também exige cuidado para que os próprios materiais utilizados não reforcem estereótipos. Livros, imagens, filmes, músicas, atividades e exemplos selecionados para as aulas podem ampliar referências ou repetir visões simplificadas. Por isso, a análise crítica dos recursos pedagógicos deve fazer parte do planejamento docente.

Diante dessas questões, o problema que orienta este estudo pode ser formulado da seguinte maneira: quais desafios ainda dificultam a efetivação da educação para as relações étnico-raciais na Educação Básica e de que forma o currículo, as práticas pedagógicas antirracistas e a formação docente podem contribuir para a construção de uma escola comprometida com a equidade racial?

O objetivo geral consiste em analisar os desafios e as possibilidades para a efetivação da educação das relações étnico-raciais na Educação Básica, considerando o currículo, as práticas pedagógicas antirracistas e a formação docente.

Como objetivos específicos, busca-se compreender a importância da educação para as relações étnico-raciais no ambiente escolar; analisar os desafios relacionados à implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; discutir a presença das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no currículo; identificar possibilidades de desenvolvimento de práticas pedagógicas antirracistas; refletir sobre a importância da formação inicial e continuada dos professores; e analisar a participação da escola no enfrentamento de preconceitos, discriminações e estereótipos raciais.

A escolha do tema justifica-se pela distância que ainda pode existir entre a existência de uma legislação educacional e sua concretização no cotidiano das escolas. A obrigatoriedade curricular é fundamental, mas, sozinha, não transforma práticas. Para que as determinações legais adquiram significado pedagógico, precisam aparecer no planejamento, na seleção dos conteúdos, nos materiais utilizados, nos projetos escolares e nas relações estabelecidas dentro da instituição.

A relevância da discussão também está na possibilidade de compreender a educação antirracista como uma prática contínua, e não como um projeto isolado. Quando o trabalho é incorporado ao cotidiano escolar, abre-se espaço para que estudantes conheçam diferentes sujeitos históricos, questionem estereótipos e percebam a diversidade como elemento constitutivo da sociedade brasileira.

Assim, pensar uma escola comprometida com a equidade racial exige olhar simultaneamente para o que se ensina, para a maneira como se ensina e para as condições oferecidas aos profissionais responsáveis pelo processo educativo. Currículo, prática pedagógica e formação docente não constituem dimensões separadas. São partes de um mesmo movimento de construção de uma educação capaz de reconhecer diferentes histórias e identidades e de enfrentar, no cotidiano, práticas que reproduzem desigualdades.

2 METODOLOGIA

2.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. Essa escolha metodológica mostrou-se adequada ao objetivo de analisar os desafios relacionados à educação para as relações étnico-raciais na Educação Básica, considerando três dimensões principais: currículo, práticas pedagógicas antirracistas e formação docente.

A pesquisa bibliográfica possibilitou reunir estudos produzidos por pesquisadores que discutem relações raciais, educação, currículo, identidade, formação de professores e práticas pedagógicas. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa é desenvolvido a partir de materiais já elaborados, especialmente livros e artigos científicos, permitindo ao pesquisador conhecer e analisar diferentes contribuições relacionadas ao problema investigado.

A dimensão documental complementou esse percurso por possibilitar a análise da legislação e de documentos educacionais que orientam a inserção da temática étnico-racial no currículo brasileiro. A utilização dessas fontes mostrou-se necessária porque a educação para as relações étnico-raciais não constitui apenas uma possibilidade pedagógica, mas está relacionada a determinações legais e diretrizes educacionais que estabelecem responsabilidades para os sistemas de ensino e instituições escolares.

A abordagem qualitativa foi adotada por permitir uma interpretação que ultrapassa a simples identificação de normas ou conteúdos curriculares. Para Minayo (2014), a pesquisa qualitativa trabalha com dimensões relacionadas aos significados, valores, relações e práticas sociais. No presente estudo, essa perspectiva possibilita compreender como currículo, formação docente e práticas escolares se relacionam com o reconhecimento da diversidade e com o enfrentamento do racismo no espaço educacional.

2.2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

O levantamento bibliográfico foi direcionado à identificação de estudos relacionados à educação das relações étnico-raciais na Educação Básica. Foram priorizadas publicações que discutissem educação antirracista, currículo, práticas pedagógicas, identidade negra, diversidade étnico-racial, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e formação inicial e continuada de professores.

Para a localização das publicações, foram consideradas bases e plataformas de pesquisa acadêmica, entre elas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

As buscas foram orientadas por termos como “educação das relações étnico-raciais”, “educação antirracista”, “relações étnico-raciais e escola”, “currículo e relações raciais”, “formação docente e relações

étnico-raciais”, “Lei 10.639/2003”, “Lei 11.645/2008”, “História e Cultura Afro-Brasileira”, “História e Cultura Indígena” e “práticas pedagógicas antirracistas”.

Os termos foram utilizados isoladamente e de forma combinada, buscando localizar produções que permitissem compreender não apenas os fundamentos da educação para as relações étnico-raciais, mas também as dificuldades encontradas para sua concretização no cotidiano escolar.

2.3 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DAS FONTES

Foram considerados livros, capítulos, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais, legislações e diretrizes educacionais que apresentassem relação direta com o objeto de estudo.

A seleção priorizou produções que abordassem pelo menos uma das seguintes dimensões: relações étnico-raciais no ambiente escolar; racismo e discriminação na educação; currículo; identidade e representação; implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008; História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; práticas pedagógicas antirracistas; materiais didáticos; formação inicial e continuada de professores; gestão escolar; diversidade e equidade racial.

Também foram consideradas obras de referência no campo das relações étnico-raciais e educação, incluindo estudos de autores que possuem contribuição reconhecida para essa discussão, como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Eliane Cavalleiro.

Foram excluídas publicações duplicadas, materiais sem identificação adequada de autoria ou procedência e trabalhos cujo conteúdo não apresentasse relação direta com os objetivos propostos.

Não foi estabelecido previamente um número fixo de estudos. A seleção ocorreu de acordo com a pertinência temática e com a contribuição das fontes para a compreensão do problema investigado. Dessa maneira, evitou-se atribuir ao trabalho uma quantidade artificial de artigos ou documentos que não correspondesse ao percurso efetivamente realizado.

2.4 PESQUISA DOCUMENTAL

A análise documental concentrou-se em dispositivos legais e documentos educacionais que fundamentam a educação para as relações étnico-raciais no Brasil.

Entre os principais documentos considerados está a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que alterou a Lei nº 9.394/1996 e tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio (Brasil, 2003).

Também foi considerada a Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que modificou novamente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial (Brasil, 2008).

Outro documento central foi a Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. As diretrizes apresentam orientações importantes para os sistemas de ensino, instituições educacionais e processos de formação de professores (Brasil, 2004).

A análise desses documentos permitiu estabelecer uma relação entre aquilo que está previsto na legislação educacional e as questões apontadas pela produção acadêmica sobre sua implementação nas escolas.

2.5 AMOSTRA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Por se tratar de uma revisão bibliográfica e documental, não houve participação direta de estudantes, professores, gestores ou outros integrantes da comunidade escolar. Também não foram realizadas entrevistas, aplicação de questionários, observação de aulas ou intervenções em instituições de ensino.

A amostra foi constituída pelo conjunto de produções acadêmicas e documentos oficiais selecionados por sua relação com o tema e com os objetivos do estudo.

Nesse sentido, os resultados apresentados não representam a realidade específica de uma escola ou rede de ensino. Correspondem à interpretação e à síntese das discussões encontradas nas fontes consultadas.

Essa delimitação é importante porque permite compreender o alcance do trabalho e evita generalizações que não poderiam ser sustentadas por uma pesquisa exclusivamente bibliográfica e documental.

2.6 INSTRUMENTO PARA ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Para organizar os materiais selecionados, adotou-se uma matriz de análise construída de acordo com os objetivos do estudo.

Foram observados os seguintes elementos: autoria e ano de publicação; objetivo do trabalho; concepção de educação para as relações étnico-raciais; abordagem do currículo; desafios para implementação das determinações legais; práticas pedagógicas apresentadas; formação docente; utilização de materiais didáticos; manifestações de preconceito e discriminação no espaço escolar; participação da gestão e contribuições indicadas para a construção de uma educação antirracista.

Nos documentos oficiais, a análise concentrou-se principalmente nos princípios, determinações e orientações relacionados à inclusão da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos currículos, bem como nas responsabilidades atribuídas aos sistemas de ensino e às instituições responsáveis pela formação docente.

A matriz teve função organizacional e interpretativa. Não foi utilizada para produção de percentuais, frequências ou análises estatísticas.

2.7 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O processo de análise ocorreu mediante leitura exploratória, seletiva e interpretativa das fontes.

Inicialmente, foi realizada a identificação dos materiais que apresentavam relação com o problema de pesquisa. Em seguida, procedeu-se à leitura das produções selecionadas, buscando reconhecer conceitos, argumentos e questões recorrentes relacionadas ao currículo, às práticas pedagógicas e à formação dos professores.

Posteriormente, os conteúdos foram aproximados de acordo com suas convergências e diferenças. Essa etapa permitiu identificar aspectos que aparecem de maneira recorrente na literatura, como a distância entre legislação e prática escolar, a presença ainda pontual das temáticas étnico-raciais em determinadas experiências educacionais, dificuldades relacionadas à formação dos profissionais e a necessidade de revisão de materiais e práticas curriculares.

A interpretação buscou evitar uma leitura que responsabilizasse exclusivamente o professor pelos problemas encontrados. As práticas docentes foram analisadas em relação às condições institucionais, à formação profissional, ao currículo, aos materiais disponíveis e à participação da gestão e dos sistemas educacionais.

A literatura acadêmica foi colocada em diálogo com os documentos normativos. Dessa maneira, tornou-se possível analisar tanto aquilo que a legislação determina quanto os desafios apontados pelos pesquisadores para transformar essas orientações em experiências pedagógicas efetivas.

2.8 CATEGORIAS TEMÁTICAS DE ANÁLISE

A organização dos resultados ocorreu a partir de categorias temáticas definidas em consonância com os objetivos da pesquisa.

Foram estabelecidas as seguintes categorias:

- a) educação para as relações étnico-raciais e função social da escola: compreensão do papel da instituição escolar na valorização da diversidade e no enfrentamento das diferentes manifestações do racismo;
- b) legislação e efetivação das políticas educacionais: análise das contribuições das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e das dificuldades existentes entre a obrigatoriedade legal e sua concretização;
- c) currículo e representatividade: discussão sobre presença, ausência e formas de representação das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas nos conteúdos escolares;
- d) práticas pedagógicas antirracistas: identificação de estratégias capazes de inserir as relações étnico-raciais no cotidiano escolar de maneira contínua e articulada ao currículo;

- e) formação inicial e continuada dos professores: análise da preparação dos profissionais para trabalhar com relações raciais, diversidade, preconceito e discriminação;
- f) racismo, preconceito e discriminação no cotidiano escolar: discussão das situações que podem ocorrer nas relações escolares e das possibilidades de intervenção pedagógica;
- g) materiais didáticos e recursos pedagógicos: análise da importância da representatividade e do cuidado com estereótipos presentes em livros, imagens, filmes e outros recursos;
- h) gestão e responsabilidade coletiva: compreensão da educação antirracista como compromisso institucional que envolve professores, gestores, demais profissionais, estudantes, famílias e sistemas de ensino.

Essas categorias orientaram a construção da seção de Resultados e Discussão e permitiram manter a análise diretamente relacionada ao problema de pesquisa.

2.9 FUNDAMENTAÇÃO DA ANÁLISE

A interpretação dos materiais foi fundamentada em autores que discutem educação e relações étnico-raciais no contexto brasileiro.

Gomes (2003) contribuiu para a análise das relações entre escola, identidade negra e formação de professores, permitindo compreender que o ambiente escolar participa da construção de representações sobre identidade, corpo e pertencimento.

Cavalleiro (2000) ofereceu elementos para discutir a presença do preconceito e da discriminação racial no cotidiano educacional, bem como os efeitos do silêncio diante dessas situações.

As contribuições reunidas por Munanga (2005) foram utilizadas para refletir sobre o papel da educação no enfrentamento de preconceitos, estereótipos e práticas racistas.

Também foram consideradas as contribuições de Silva (2007), especialmente para compreender a educação das relações étnico-raciais como um processo que envolve aprendizagem, reconhecimento das diferenças, respeito e construção de relações sociais mais democráticas.

Esses referenciais foram articulados às determinações presentes na legislação educacional brasileira, evitando separar a discussão teórica das responsabilidades estabelecidas para a Educação Básica.

2.10 ASPECTOS ÉTICOS E LIMITAÇÕES

Por utilizar exclusivamente publicações acadêmicas, legislação e documentos de acesso público, o estudo não realizou pesquisa direta com seres humanos. Foram respeitados os princípios de integridade acadêmica, reconhecimento da autoria e adequada indicação das fontes utilizadas.

Uma das limitações da pesquisa está relacionada ao seu caráter bibliográfico e documental. Os resultados permitem compreender tendências, desafios e possibilidades apresentados pela literatura, mas não permitem afirmar como as práticas antirracistas são desenvolvidas em todas as escolas brasileiras.

As realidades educacionais são diversas e influenciadas por fatores regionais, sociais, institucionais e culturais. Por isso, experiências identificadas em determinado contexto não foram tratadas como representativas de toda a Educação Básica.

Apesar dessas limitações, o percurso metodológico adotado possibilitou aproximar legislação, produção científica e práticas educacionais, oferecendo elementos para compreender por que a existência de dispositivos legais, embora fundamental, não é suficiente por si só para consolidar uma educação comprometida com a equidade racial.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura e dos documentos educacionais mostrou que a educação para as relações étnico-raciais avançou no campo legal, principalmente a partir das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Entretanto, a existência de uma legislação específica não garante, por si só, que a temática esteja incorporada de maneira contínua ao cotidiano escolar. Os principais desafios identificados concentram-se na organização curricular, na formação dos professores, na construção de práticas pedagógicas antirracistas e no envolvimento da escola como instituição.

3.1 ENTRE A LEGISLAÇÃO E A PRÁTICA ESCOLAR

A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena representou uma mudança importante na educação brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais também reforçaram que a educação para as relações étnico-raciais deve integrar o processo educativo e não ser tratada como assunto complementar (Brasil, 2004).

Apesar disso, a literatura indica que um dos desafios está justamente em transformar a determinação legal em prática cotidiana. Em algumas experiências escolares, a temática ainda aparece concentrada em projetos ou datas específicas, especialmente no mês de novembro.

Essa forma de trabalho pode contribuir para dar visibilidade ao tema, mas torna-se limitada quando não dialoga com o restante do currículo. A educação antirracista exige continuidade. Isso significa abordar África, culturas afro-brasileiras e povos indígenas em diferentes momentos e componentes curriculares, reconhecendo esses grupos como sujeitos históricos e contemporâneos.

3.2 CURRÍCULO, REPRESENTATIVIDADE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Outro resultado importante refere-se à necessidade de revisar não somente os conteúdos, mas também a maneira como determinados grupos são representados.

Gomes (2003) chama atenção para a relação existente entre escola, identidade e construção de representações sobre a população negra. O currículo, portanto, participa desse processo quando seleciona quais histórias, conhecimentos e personagens recebem maior visibilidade.

Uma prática pedagógica antirracista precisa evitar que a população negra apareça somente associada à escravidão ou que os povos indígenas sejam apresentados apenas no período colonial. Isso não significa retirar esses conteúdos, mas ampliar a abordagem para incluir resistências, produções culturais, conhecimentos, movimentos sociais e diferentes formas de participação na sociedade brasileira.

Os materiais pedagógicos também precisam ser observados. Imagens, textos, filmes e livros podem contribuir para ampliar referências positivas ou, quando utilizados sem reflexão, reproduzir estereótipos.

Cavalleiro (2000) demonstra ainda que preconceitos e discriminações podem aparecer nas relações cotidianas da escola. Por isso, apelidos, comentários racistas e situações de exclusão não devem ser tratados apenas como conflitos individuais. A intervenção pedagógica pode transformar essas situações em oportunidades de diálogo, reflexão e aprendizagem.

Tabela 1 – Principais desafios e possibilidades para a educação antirracista

Desafio identificado	Manifestação no cotidiano escolar	Possibilidade pedagógica
Abordagem pontual da temática	Atividades concentradas em datas comemorativas	Inserir a temática no planejamento anual
Currículo pouco representativo	Predomínio de determinadas perspectivas históricas e culturais	Ampliar autores, sujeitos e experiências estudadas
Estereótipos	Representações simplificadas de negros e indígenas	Analisar criticamente materiais e imagens
Racismo no cotidiano	Apelidos, comentários e situações discriminatórias	Intervir pedagogicamente e promover diálogo
Limitações na formação docente	Insegurança para trabalhar determinados conteúdos	Investir em formação inicial e continuada
Ações isoladas	Responsabilidade concentrada em poucos professores	Envolver gestão, docentes e comunidade escolar

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Cavalleiro (2000), Gomes (2003), Brasil (2004) e Munanga (2005).

3.3 FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A formação dos professores apareceu como um dos pontos centrais da análise. A implementação das determinações legais depende de profissionais que tenham condições de trabalhar o tema de maneira segura, contextualizada e crítica.

Gomes (2003) destaca a importância de incorporar as discussões sobre diversidade étnico-cultural à formação docente. Quando essas questões aparecem de maneira insuficiente durante a formação inicial,

o professor pode chegar à escola com dificuldades para selecionar conteúdos, responder a situações de discriminação ou desenvolver práticas relacionadas à temática.

A formação continuada pode contribuir para enfrentar essas lacunas, mas precisa ir além de encontros ocasionais. Estudar referências, analisar materiais didáticos, compartilhar experiências e discutir situações concretas do cotidiano escolar são caminhos que aproximam a formação das necessidades vivenciadas pelos professores.

Ao mesmo tempo, não é adequado atribuir ao docente toda a responsabilidade pela educação antirracista. A gestão escolar e os sistemas de ensino também precisam garantir condições, materiais, formação e espaço no planejamento para que o trabalho seja desenvolvido de maneira permanente.

3.4 A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA COMPROMETIDA COM A EQUIDADE RACIAL

Os achados apontam, por fim, que a construção de uma escola comprometida com a equidade racial depende da articulação entre currículo, formação docente e práticas pedagógicas.

Munanga (2005) ressalta a importância da educação no enfrentamento de preconceitos e estereótipos construídos historicamente. Nessa perspectiva, não basta afirmar que todos são iguais. É necessário reconhecer que determinadas desigualdades foram historicamente produzidas e que a escola pode contribuir para questioná-las.

Uma educação antirracista se concretiza em escolhas cotidianas: nos conteúdos ensinados, nos autores apresentados, nos materiais utilizados, na maneira como professores intervêm diante de situações discriminatórias e no espaço concedido às diferentes histórias e identidades.

Os resultados permitem compreender, portanto, que o principal desafio não está apenas na existência de normas, mas em transformar seus princípios em práticas permanentes. Quando a educação para as relações étnico-raciais deixa de ser uma atividade isolada e passa a integrar o projeto pedagógico, o currículo e as relações escolares, amplia-se a possibilidade de construir uma escola mais representativa, democrática e comprometida com a equidade racial.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar os desafios e as possibilidades para a efetivação da educação das relações étnico-raciais na Educação Básica, considerando especialmente o currículo, as práticas pedagógicas antirracistas e a formação docente. A análise permitiu compreender que, embora o Brasil possua importantes dispositivos legais voltados para a inclusão da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena no ensino, transformar essas determinações em práticas permanentes ainda constitui um desafio para as instituições escolares.

Os principais resultados indicaram que a educação para as relações étnico-raciais não deve ficar restrita a projetos isolados ou datas comemorativas. Para que esse trabalho produza mudanças significativas, é necessário incorporá-lo ao planejamento, aos conteúdos, aos materiais didáticos e às diferentes situações vivenciadas no cotidiano da escola. Isso implica ampliar a presença de sujeitos, conhecimentos e experiências historicamente pouco valorizados no currículo, evitando abordagens marcadas por estereótipos ou representações simplificadas.

A formação docente também se mostrou fundamental. Professores precisam ter acesso a conhecimentos e recursos que lhes permitam abordar as relações étnico-raciais com segurança, reconhecer manifestações de preconceito e discriminação e construir intervenções pedagógicas adequadas. Entretanto, essa responsabilidade não pode ser atribuída somente ao professor. A educação antirracista exige participação da gestão, planejamento coletivo, formação continuada e compromisso institucional.

A pesquisa reforça ainda que enfrentar o racismo no ambiente escolar não significa apenas reagir diante de situações explícitas de discriminação. Significa também observar quais histórias são ensinadas, quais referências são apresentadas aos estudantes, como diferentes grupos são representados e quais oportunidades existem para discutir criticamente as desigualdades presentes na sociedade.

Como contribuição, o estudo evidencia a necessidade de aproximar legislação, currículo e prática pedagógica. A construção de uma escola comprometida com a equidade racial depende de ações contínuas que façam parte da própria organização do trabalho educativo e não sejam percebidas como responsabilidade de uma disciplina, professor ou período específico do calendário escolar.

Conclui-se que a educação para as relações étnico-raciais constitui parte fundamental de uma formação comprometida com o respeito à diversidade e com o enfrentamento das desigualdades. Quando currículo, formação docente e práticas pedagógicas caminham de forma articulada, a escola amplia suas possibilidades de reconhecer diferentes histórias e identidades e de construir relações mais respeitadas e democráticas.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar como as escolas têm incorporado as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 em seus currículos e projetos pedagógicos, bem como analisar as experiências de professores e estudantes diante das práticas antirracistas desenvolvidas no cotidiano escolar. Estudos realizados diretamente nas instituições de ensino podem contribuir para identificar avanços, dificuldades e estratégias que estejam produzindo resultados positivos em diferentes realidades educacionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. (Coleção Educação para Todos).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF: MEC, 2004.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. DOI: 10.1590/S1517-97022003000100012.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 27, n. 1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola.** 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204 p.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 21-37.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**, Porto Alegre, v. 30, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 155-172.